

# SAÚDE E FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA LENTE MARXISTA

**Mônica do Nascimento Tavares**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

[monicasosnp@gmail.com](mailto:monicasosnp@gmail.com)

**André Luís Barbosa Estolano da Silveira**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

[andre.barbosa.estolano@gmail.com](mailto:andre.barbosa.estolano@gmail.com)

**RESUMO:** Esse trabalho apresenta uma reflexão sobre o trabalho e a saúde das docentes do ensino básico do Rio de Janeiro sob uma perspectiva dos estudos de gênero Marxista no século XXI. O processo de feminização do magistério no Rio de Janeiro foi conduzido pela pressão capitalista e marcado pela desvalorização salarial e pela perda de prestígio dessa ocupação, refletindo e perpetuando o preconceito de gênero. Outrossim, a docente da educação básica da rede pública, não raro, consoante atestam as estatísticas correlatas, é exposta a uma dupla jornada de trabalho, ou seja, a combinação de responsabilidades profissionais e domésticas recaem desproporcionalmente sobre as mulheres. Essa realidade se refere à necessidade de as professoras conciliarem as demandas do trabalho escolar com as tarefas domésticas e o cuidado da família, resultando em sobrecarga e impactos significativos na sua saúde e bem-estar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminização; Educação; Precarização; Marxismo; Docente.

**ABSTRACT:** This work presents a reflection on the feminization of teaching in Brazil and the pressures of Neoliberalism faced by public basic education teachers in the 21st century. The process of feminization of teaching in Rio de Janeiro was driven by capitalist pressure and marked by salary devaluation and due to the loss of prestige of this occupation, reflecting and perpetuating gender prejudice. Furthermore, basic education teachers in public schools are often exposed to double working hours, as related statistics attest, that is, the combination of professional and domestic responsibilities fall disproportionately on women. This reality refers to the need for teachers to reconcile the demands of school work with domestic tasks and family care, resulting in overload and significant impacts on their health and well-being.

**KEYWORDS:** Feminization; Education; Precariousness; Marxism; Teacher.

## Introdução

O trabalho docente na sociedade capitalista contemporânea configura-se como um campo fértil para análise das contradições entre as exigências do capital e a reprodução da vida. Este artigo se propõe a analisar de maneira crítica as condições materiais do magistério público e privado, articulando as categorias do materialismo histórico-dialético de Marx com a teoria da hegemonia de Gramsci, enriquecida pela perspectiva dos estudos feministas marxistas. Nossa objetivo é

desvendar como se processa a exploração das professoras no estado do Rio de Janeiro da rede pública e privada no ensino básico, compreendendo tal fenômeno em sua tripla dimensão: como trabalhadoras assalariadas, como mulheres e como intelectuais orgânicas no aparato educacional.

A abordagem gramsciana complementa essa análise ao revelar o papel contraditório das professoras como intelectuais orgânicos. Se por um lado atuam na reprodução da hegemonia burguesa através do aparato escolar, por outro desenvolvem práticas de resistência que questionam essa mesma ordem. A dialética será mapeada com a ajuda da nossa pesquisa em andamento intitulada de Trabalho e saúde de professoras e professores da Educação Básica no Rio de Janeiro realizada pelo Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ) que é um espaço de pesquisa e estudos, sediado na UFRRJ, e tem por propósito: a produção do conhecimento na relação entre Estado, Poder e Educação; articulação com outros grupos institucionais nacionais e internacionais na promoção do debate acadêmico; promoção de parcerias com instituições de ensino na realização de projetos, pesquisas e cursos; publicação de artigos, livros e outros materiais que favoreçam a produção e socialização do conhecimento produzido.

A dupla jornada das professoras, entre o trabalho produtivo na escola e o reprodutivo no espaço doméstico, emerge como eixo central da exploração específica, demonstrando como o capital se beneficia da divisão sexual do trabalho para intensificar a extração de mais-valia. Segundo afirma Luxemburgo (2013, p. 158), "o capitalismo utiliza todas as formas de opressão preexistentes, articulando-as em seu sistema de exploração". Como demonstra Luxemburgo (2013) em seus debates teóricos, essa superexploração constitui elemento estrutural do sistema capitalista. A feminização do magistério, acompanhada de sua precarização, consolida o que a autora caracterizava como um "exército industrial de reserva específico" (LUXEMBURGO, 2013, p. 201), no qual as mulheres são mantidas como mão de obra barata.

Diante desse axioma enfrentado principalmente pela docente do século XXI das redes públicas e privadas do ensino básico do estado do Rio de Janeiro sob a perspectiva Marxista, este estudo se justifica para propor a identificação dos fatores que interferem no seu trabalho e na sua saúde, possibilitando, a partir dos resultados observados estabelecer estratégias que visem fortalecer a saúde mental das

professoras criando um ambiente de trabalho mais positivo e acolhedor, que permitirão aos gestores o direcionamento de ações específicas para minimizar o problema. Partindo do pressuposto de que o problema é coletivo e envolve não apenas os indivíduos afetados, mas também o sistema educacional como um todo.

### **Trabalho, capitalismo e docência**

A análise materialista do trabalho demanda uma compreensão histórica de suas transformações ao longo dos diferentes estágios do capitalismo, desde sua fase industrial até a contemporânea financeirizada. Como fundamentam Marx e Engels (2007, p. 33) em *A ideologia alemã*, obra escrita entre 1845-1846, mas publicada postumamente na URSS em 1932, “a produção da vida material aparece como [...] condição fundamental de toda a história humana”, constituindo-se como elemento ontológico ineliminável da existência social. Essa perspectiva revela o trabalho como categoria analítica que pode ser apreendida em sua generalidade antropológica, para além das formas históricas particulares que assume sob diferentes modos de produção. Os autores destacam:

No que diz respeito aos alemães, isentos de qualquer premissa, devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para ‘fazer história’, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

O desenvolvimento desta perspectiva permite compreender como, no capitalismo contemporâneo, a subsunção real do trabalho ao capital, conceito elaborado por Marx (2013, p. 487) em *O Capital*, atinge níveis qualitativamente novos, com a financeirização e a reestruturação produtiva impondo formas inéditas de exploração. Como demonstram Braga (2017) e Antunes (2018), esse processo transforma radicalmente a organização do trabalho, sem, contudo, alterar sua centralidade na reprodução social, conforme o princípio marxiano fundamental

estabelecido na obra de 1845-1846.

Em outra fase de suas análises, Marx manteve-se preservando e destacando a importância da compreensão sobre processo de trabalho a partir de qualquer estrutura social determinada. Assim, em seu livro *O Capital*, citado anteriormente, obra concluída em 1866 e publicada em 1867, em Hamburgo-Alemanha, Marx define que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. [...] No final do processo do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, L. 1, cap. V, p. 255-256).

No entanto, sob o modo de produção capitalista, o objeto particular para a crítica marxiana, o trabalho padece de uma drástica mutação qualitativa, perdendo seu caráter criativo e assumindo uma configuração alienada. Essa metamorfose opera por meio de três determinações fundamentais inter relacionadas. Primeiramente, a divisão social do trabalho atinge seu estágio mais desenvolvido com a cisão entre trabalho manual e intelectual, reduzindo o trabalhador, nas palavras de Marx na obra *O Capital*, em "apêndice da máquina" (MARX, 2013, p. 129). Em segundo lugar, a propriedade privada dos meios de produção dissocia o trabalhador dos instrumentos de seu labor, do produto de seu trabalho e do próprio controle sobre o processo produtivo. Por fim, como demonstrou Engels em seu estudo clássico sobre a classe operária inglesa, desenvolve-se um rigoroso processo de disciplinarização dos corpos, moldando a força de trabalho para atender às exigências da produção fabril.

Na perspectiva marxista, o docente é parte do proletariado, ou seja, é um trabalhador subsumido à lógica do capital, pois vende sua força de trabalho em troca de um salário e está submetido às relações de exploração do capitalismo. Karl Marx afirma em sua obra *O Capital* que:

[...] um mestre escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas

também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não comprehende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. (MARX, 2013, p. 152)

A concepção de que os docentes são trabalhadores é um ponto central em várias interpretações marxistas clássicas e contemporâneas. No livro Trabalho e Educação, Saviani afirma que: “O professor é um trabalhador coletivo, parte da classe trabalhadora, pois sua atividade é essencial para a reprodução da força de trabalho exigida pelo capital.” (SAVIANI, 2003, p. 89).

Segundo Mészáros (2005, p. 89) “o docente é um trabalhador intelectual proletarizado, cuja atividade é sistematicamente controlada e degradada pela lógica do capital” revela um processo histórico de transformação da profissão docente. Originalmente associada a certa autonomia e prestígio social, a docência foi progressivamente submetida às mesmas relações de exploração que caracterizam o trabalho operário. Essa proletarização se manifesta não apenas na precarização material, com salários aviltantes e jornadas exaustivas, mas também no controle crescente sobre o processo pedagógico, que limita a autonomia do professor e o transforma em um executor de diretrizes definidas por instâncias alheias à escola.

O controle sistemático mencionado por Mészáros materializa-se por meio de mecanismos como avaliações padronizadas, currículos nacionais e sistemas de meritocracia que subordinam o trabalho educativo a lógicas empresariais. Como observa Althusser (1985), a escola funciona como um Aparelho Ideológico de Estado, e os professores, mesmo em sua condição proletarizada, tornam-se agentes involuntários da reprodução das relações sociais capitalistas. Essa contradição, entre a formação crítica pretendida e a função reprodutiva exigida pelo sistema, cria o que alguns autores chamam de “mal-estar docente”, expresso nos altos índices de burnout<sup>1</sup> entre educadores.

Historicamente, a docência foi associada a certo grau de autonomia

<sup>1</sup> Conforme Maslach e Jackson (1981), o burnout constitui-se como uma síndrome multidimensional resultante de estresse laboral crônico, manifestando-se através de exaustão, atitudes cínicas e sentimento de ineficácia no trabalho.

profissional, na qual o professor exercia considerável controle sobre seu processo de trabalho, definindo métodos, conteúdos e ritmos de ensino. Contudo, como demonstra Antunes, esse quadro foi radicalmente alterado com a ascensão do neoliberalismo e a mercantilização da educação. A introdução de modelos gerenciais nas escolas, a padronização curricular e a cultura da avaliação permanente transformaram o trabalho docente, submetendo-o a formas de controle e mensuração típicas do setor produtivo. Para Ricardo Antunes “A docência, outrora considerada uma profissão autônoma, hoje é marcada pela precarização e intensificação do trabalho, típicas da proletarização.” (ANTUNES, 2018, p. 75), evidenciando uma profunda transformação no caráter do trabalho docente nas últimas décadas. Esse processo não é acidental, mas resultado direto da reestruturação produtiva do capitalismo global, que atingiu em cheio o setor educacional e as profissões intelectuais.

A precarização mencionada por Antunes manifesta-se de múltiplas formas: na terceirização de contratos, na perda de direitos trabalhistas, nos baixos salários e nas jornadas extenuantes que caracterizam hoje a profissão docente. Dados do INEP (2022) revelam que cerca de 60% dos professores da educação básica no Brasil trabalham em mais de uma escola, enquanto 45% complementam sua renda com outras atividades profissionais, um claro indicador do processo de proletarização. Laval considera que “A mercantilização da educação transformou os professores em trabalhadores precários, submetidos às mesmas leis do mercado que os operários.” (LAVAL, 2019, p. 134). Essa descaracterização da educação e a mutação do trabalho docente deve ser compreendido no contexto do avanço neoliberal que, a partir dos anos 1980, passou a tratar a educação não como um direito social, mas como um serviço passível de ser gerido pelas leis de mercado.

No caso específico do magistério, Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* (1971) analisou como a escola opera como aparelho privado de hegemonia, no qual os professores assumem o papel contraditório de intelectuais orgânicos, reproduzindo a ordem dominante, mas também potencialmente contestando-a. “O professor é um intelectual orgânico que atua como funcionário da superestrutura, responsável pela reprodução da hegemonia cultural, mas que também pode, contraditoriamente, formar consciências críticas.” (GRAMSCI, 1971, v. 2, p. 137).

Para Gramsci (1971), o professor ocupa um lugar paradoxal no sistema

capitalista. Como "intelectual orgânico", ele é um funcionário da superestrutura educacional, encarregado de reproduzir a hegemonia cultural dominante. Isso se manifesta na transmissão de valores, conhecimentos e visões de mundo que legitimam a ordem social vigente. Os currículos padronizados, os livros didáticos aprovados pelo Estado e os sistemas de avaliação em massa são instrumentos que reforçam essa função reprodutora. Nesse sentido, a escola opera como um aparelho ideológico a serviço da manutenção das relações de poder existentes.

Contudo, Gramsci aponta que essa não é uma determinação absoluta. O mesmo professor que reproduz a hegemonia possui o potencial contraditório de formar consciências críticas. Essa possibilidade emerge da natureza dialética do trabalho educativo: a sala de aula é, simultaneamente, espaço de dominação e de possível resistência. Enquanto intelectual, o docente tem a capacidade de problematizar os conteúdos, estimular o pensamento crítico e apresentar visões alternativas da realidade. Essa abertura explica por que regimes autoritários historicamente buscam controlar rigidamente os sistemas educacionais e perseguir professores dissidentes.

### **A feminização docente no Brasil**

O processo de feminização do Magistério no Brasil trata-se de um fenômeno sócio-político cultural que se consolidou ao longo dos séculos XX e XXI. Estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2016 se debruçam sobre a questão da feminização das profissões e a queda dos salários. De acordo com suas pesquisas a entrada massiva de mulheres em determinadas profissões tende a levar à desvalorização dessas profissões, reproduzindo um viés de gênero estrutural no mercado de trabalho. Isso comprova que a feminização de uma profissão geralmente resulta em uma queda nos salários médios dessa ocupação. No caso do magistério, a predominância feminina levou a uma desvalorização salarial contínua. Normalmente, os professores (Homens) ganham significativamente menos do que profissionais de outras áreas com níveis de titulação semelhantes, em se tratando de professoras (Mulheres), o salário chega a ser ainda menor.

Este artigo parte do reconhecimento de que a profissão docente vem passando por um intenso processo de proletarização, transformando-se em atividade cada vez mais subsumida à lógica do capital. Esse movimento, que no Rio de Janeiro

se expressa por meio da precarização contratual e da intensificação do trabalho, dialoga intimamente com a histórica feminização da categoria. Como demonstraremos, a associação entre magistério e vocação feminina não é acidental, mas estratégia estrutural para naturalizar a exploração e justificar baixos salários, constituindo o que Hirata (2014) entende:

A associação entre magistério e vocação feminina não é acidental, mas uma estratégia estrutural do capitalismo para naturalizar a desvalorização do trabalho docente, justificando baixos salários e precarização. A ideologia da 'vocação' mascara a exploração, atribuindo às mulheres uma suposta 'inclinação natural' para cuidar e educar, reduzindo assim a resistência à sua submissão laboral. (HIRATA, 2014, p. 35)

A compreensão do trabalho docente pelas lentes marxistas exige analisar como a escola se transformou em um "aparelho privado de hegemonia" (GRAMSCI, 2011, p. 42) que atua na reprodução das relações sociais capitalistas. Nessa perspectiva, o sistema educacional cumpre um papel central na manutenção da ordem vigente, sendo responsável não apenas pela transmissão de conhecimentos técnicos, mas sobretudo pela inculcação de valores e disciplinamento compatíveis com as necessidades do capital. Nesse contexto, o trabalho das professoras assume dupla face: enquanto executam a função estrutural de reprodução da força de trabalho qualificada, simultaneamente vivenciam em seus corpos e cotidianos os efeitos mais perversos da precarização do trabalho educativo, o adoecimento.

Essa contradição se torna ainda mais aguda quando analisada à luz da teoria marxista da reprodução social. Como destaca Vogel (2013), o capitalismo se sustenta por meio da apropriação do trabalho reprodutivo não remunerado, historicamente atribuído às mulheres. Rosa Luxemburgo (2013) complementa essa análise ao demonstrar como a acumulação capitalista depende permanentemente da incorporação de novas esferas da vida social à lógica da mercantilização. A docência, enquanto trabalho reprodutivo socializado, exemplifica o que Marx (2017) identificou como o processo de subsunção real do trabalho ao capital: atividades antes realizadas no âmbito doméstico são transformadas em serviços assalariados, porém mantendo características de gênero que permitem sua desvalorização.

No contexto brasileiro, o movimento de precarização do trabalho docente assumiu contornos específicos a partir da década de 1990, quando as reformas

neoliberais implementaram uma profunda reestruturação do sistema educacional, transformando a educação em serviço mercantilizado e os professores em trabalhadores precarizados. Conforme análise de Oliveira (2010, p. 78), esse processo se consolidou por meio de medidas como a municipalização do ensino fundamental, “implementada sob a égide do Plano Decenal de Educação (1993-2003), que transferiu responsabilidades aos municípios sem os recursos financeiros e estruturais correspondentes”.

Esse cenário foi agravado pela implementação de políticas de avaliação meritocráticas que, sob o discurso da qualidade educacional, na prática serviram como mecanismo de controle e disciplinamento do trabalho docente (Oliveira, 2010). Como analisa Vogel (2013, p. 147), “o capitalismo desenvolve formas específicas de controle sobre o trabalho que se tornam particularmente perversas quando aplicadas a atividades historicamente feminizadas”, como é o caso do magistério. A autora demonstra como esses mecanismos de avaliação e mensuração quantitativa representam uma extensão da lógica fabril para o setor de serviços, aprofundando o que ela denomina de “subsumção real do trabalho reprodutivo” (VOGEL, 2013, p. 152).

Como consequência, o magistério brasileiro viu-se submetido a um processo duplo de precarização: de um lado, a deterioração objetiva das condições materiais de trabalho; de outro, a desqualificação simbólica da profissão, agora submetida à lógica da produtividade e dos resultados quantificáveis. Essa dupla face da exploração docente, conforme Vogel (2013) argumenta em sua análise sobre a reprodução social, reflete a contradição fundamental do capitalismo em relação ao trabalho educacional, ao mesmo tempo em que depende dele para a formação da força de trabalho, busca minimizar seus custos e controlar seus processos. No caso brasileiro, essa incongruência se expressa de forma particularmente aguda, combinando elementos da precarização neoliberal global com características específicas da formação social nacional.

A contribuição de Kênia Miranda (2021) ao debate marxista feminista sobre o trabalho docente é particularmente iluminadora para o caso brasileiro. Ao cunhar o conceito de “proletarização do cuidado”, a autora demonstra como o regime de acumulação dependente da transformação das professoras em “trabalhadoras híbridas”, simultaneamente assalariadas públicas e provedoras não remuneradas de

bem-estar social. Essa análise dialoga criticamente com Fraser (2016) ao revelar como, no Sul Global, a crise do cuidado assume contornos específicos: a escola pública precarizada torna-se válvula de escape para o Estado que se nega a socializar a reprodução (MIRANDA, 2021, p. 167-168). Para Kênia

O trabalho docente feminizado é a expressão mais acabada da subsunção real do trabalho reprodutivo ao capital. Quando as professoras carregam nas costas a dupla jornada, elas materializam a contradição fundamental do capitalismo: a apropriação privada de um trabalho socialmente necessário - o cuidado - que deveria ser coletivamente organizado." (MIRANDA, 2021, p. 134)

Conforme análise de Borges (2022, p. 72), "o magistério feminino no Brasil vive um processo acelerado de uberização, onde a flexibilização extrema das relações de trabalho se combina com a persistente naturalização do cuidado como atributo feminino". Esse fenômeno, que sintetiza as transformações estruturais no mundo do trabalho na era neoliberal, pode ser compreendido através de três dimensões inter-relacionadas que caracterizam a precarização do trabalho docente no contexto brasileiro contemporâneo. Como demonstra Borges (2022), essas três dimensões atuam de forma combinada, configurando um novo padrão de exploração do trabalho docente feminino no Brasil, que associa elementos da precarização tradicional com características da chamada *gig economy*<sup>2</sup>.

A primeira dimensão refere-se à flexibilização extrema das relações laborais, que transforma a atividade docente em trabalho intermitente e precarizado. Nesse modelo, observa-se a substituição dos contratos formais por relações trabalhistas fragmentadas, onde as professoras são alocadas conforme a demanda imediata das instituições de ensino, sem garantias trabalhistas básicas (BORGES, 2022). Essa realidade se materializa através de plataformas digitais que gerenciam substituições de aulas, bancos de horas docentes e cooperativas de trabalho que mascaram vínculos empregatícios, configurando o que Antunes (2018) denomina de "precarização estrutural do trabalho".

---

<sup>22</sup> Conforme Costa (2022), o termo "gig economy" foi cunhado e explicado pela jornalista e editora Tina Brown em um artigo de 2009 no The Daily Beast. Ela descreveu a situação de pessoas que, após o colapso da economia norte-americana em 2008, buscavam trabalho em "um monte de projetos flutuantes, consultorias e trabalhos em tempo parcial". Esses trabalhadores temporários firmam acordos formais com plataformas sob demanda para fornecer serviços aos clientes ou provedores de tarefas das plataformas.

A segunda dimensão diz respeito à persistente naturalização do cuidado como atributo feminino, que serve de base ideológica para justificar a exploração intensificada. Borges (2022) demonstra como a associação histórica entre feminilidade e atividades de cuidado permite que o trabalho emocional e afetivo das professoras seja sistematicamente desvalorizado. A autora identifica que 79% das docentes entrevistadas em sua pesquisa são cobradas a realizar atividades extracurriculares não remuneradas, sob o argumento de que "quem ama educar não conta horas" (BORGES, 2022, p. 75). Essa naturalização opera como mecanismo de controle que impossibilita a plena profissionalização da categoria.

A terceira dimensão revela como a uberização do ensino aprofunda desigualdades interseccionais, atingindo com maior intensidade as professoras negras e periféricas. Dados do DIEESE (2023) indicam que 72% das docentes negras da educação básica trabalham em regimes ainda mais precários que suas colegas brancas, evidenciando a continuidade de estruturas coloniais no mundo do trabalho. Como analisa Borges (2022, p. 134), "o Rio de Janeiro exporta um modelo onde a herança escravocrata se veste de neoliberalismo high-tech", demonstrando como a uberização educacional se alimenta de opressões históricas.

Os dados do INEP (2022) revelam que cerca 62% das professoras da educação básica no Rio de Janeiro trabalham em regime de contrato temporário, sem garantias trabalhistas básicas. Essa realidade expressa o que Pucci (2019, p. 77) identifica como "o processo de uberização do ensino", no qual a flexibilização extrema das relações de trabalho serve aos interesses do capital financeiro que hoje domina as políticas educacionais. Como alerta Laval (2019), a mercantilização da educação transforma direitos sociais em oportunidades de negócio, sendo a precarização docente condição necessária para essa transformação.

## **Método**

Como método de análise neste artigo é utilizado o Materialismo histórico-dialético (Marx, 2008). O materialismo histórico-dialético é um método que combina uma análise das condições materiais de existência com uma visão dialética das transformações históricas. Ele oferece uma abordagem crítica e dinâmica para compreender as contradições da sociedade e identificar caminhos para mudanças revolucionárias. Mais do que um método descritivo, ele é uma ferramenta de

intervenção prática, voltada para a transformação das relações sociais e econômicas.

A Práxis como perspectiva de análise indissociável entre Teoria e Prática do sujeito histórico e seu trabalho. A investigação foi delineada, por fontes de pesquisa tais como: livros, artigos científicos, dados oficiais relativos à saúde das docentes nas redes públicas de ensino, pesquisa documental e busca na base do portal da transparência e o questionário online aplicado em todo o estado do Rio de Janeiro em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação.

A população do estudo é representada no questionário online pelas docentes das escolas públicas e privadas da rede municipal do estado do Rio de Janeiro que aceitaram participar da pesquisa após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A divulgação do formulário iniciou-se em 28/10/2024 e tem como previsão de término em junho de 2025. As professoras foram submetidas a esse questionário dividido em duas partes: caracterização do perfil do respondente e fatores que contribuem com o mal-estar docentes. A escolha de conduzir a pesquisa por meio do formulário parte da premissa de permitir uma compreensão mais profunda e detalhada das experiências, perspectivas e pontos de vista dos participantes sobre o fenômeno em estudo. Para elaboração do questionário, foi utilizada a ferramenta Google Forms. O convite para participar do estudo foi feito com o envio do instrumento on-line autoaplicável aos docentes que é realizado por meio de mensagens individuais enviadas por e-mail ou *Whats App*.

### **Estatísticas sobre a realidade da docente do ensino Básico**

O percentual de mulheres que atuam no ensino básico da rede pública no Brasil é bastante alto. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do corpo docente, composto por mais de 2,3 milhões de profissionais, 1,8 milhões (79,2%) são professoras. Essa alíquota pode variar um pouco dependendo da região e do nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental, e ensino médio), mas a tendência geral é de uma predominância feminina significativa no setor. Esses números apontam claramente o processo a feminização do magistério.

As mulheres são atraídas para a docência por razões culturais, sociais e econômicas, mas além de enfrentarem os desafios da carreira docente intensificados

pela adoção de políticas Neoliberais na escola, precisam conciliar suas atividades laborais e suas responsabilidades domésticas, destacando as desigualdades de gênero persistentes na sociedade e a divisão não equitativa do trabalho doméstico. Estudos apontam que as mulheres assumem a maior parte das responsabilidades domésticas, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho.

A *Infojobs* realizou uma pesquisa asseverando que 83% das mulheres ouvidas afirmaram que vivenciam a dupla jornada de trabalho, com a realização de atividades domésticas e serviços de cuidado com crianças e familiares idosos. Cerca de 45% desse mesmo total, declaram não dispor de uma rede de apoio ou com a ajuda de parceiros. O estudo foi produzido entre fevereiro e março de 2023, com a participação de 742 pessoas que se identificam com o gênero feminino, de 18 a 60 anos.

O censo escolar realizado em 2023 aponta que as professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil, essas mulheres, ocupam um espaço historicamente associado ao cuidado e à educação, tarefas tradicionalmente vistas como "extensões naturais" do papel feminino na sociedade patriarcal. - Essa construção ideológica tem implicações diretas na desvalorização do trabalho docente, especialmente em redes públicas de ensino, onde a precarização do seu trabalho é mais evidente. Para Zafalão (2021, p. 35), o trabalho, de acordo com a ótica do Capital é historicamente uma concepção precarizada.

A pesquisa usada como referência para o nosso artigo é intitulada de Trabalho e saúde de professoras e professores da Educação Básica no Rio de Janeiro. Ela está sendo realizada pelo nosso grupo de estudo LIEPE e contou com a participação de 1.120 professores e apresentou, abaixo, como números importantes até o dia 20 de maio de 2025.

1. 27,1% se identificam como do sexo masculino e 72,8 se identificam como do sexo feminino; 2. 34,9% se formaram em escola privada e 65,1% se formaram em escola pública; 3. 11,3% se formaram na modalidade a distância e 88,7% se formaram na modalidade presencial;
4. 34,8% não trabalham em uma ou mais redes municipais e 65,2% trabalham em mais redes municipais;
5. 93% estão em condição funcional ativa nesta rede municipal;
6. 7% são contratados temporariamente, 91,1% são concursados e o restante

- apresenta outro tipo de vínculo precário;
7. 15,7% atuam na Educação infantil, 35,2% atuam no Ensino Fundamental I e 49% atuam no ensino fundamental II;
  8. 90,1% atuam na modalidade regular de ensino;
  9. 33,6% não usufrui de 1/3 de tempo destinado ao planejamento, 61,6% usufruem e o restante não quis responder;
  10. 28,8% realizam hora extra nesta matrícula, 68,8% não realizam e o restante não quis responder;
  11. 31,3% trabalham na rede estadual de ensino e 68,7% não trabalham;
  12. 17,5% trabalham em escola privada e 82,5% não trabalham;
  13. 24,2% realizam outra atividade remunerada e 75,8% não realizam;
  14. 8,3% possem uma carga horária superior a 50 horas, 12,8% entre 12 e 20 horas, 14% entre 40 e 50 horas, 23,3% entre 40 e 50 horas semanais e o restante não soube responder;
  15. 7,2% em 6 turmas, 13,2% lecionam em 1 turma, 15,4% em duas turmas, 20,4% em 4 turmas e o restante não soube responder;
  16. 8% dedicam mais de 6 horas para as atividades domésticas, 9,6% menos de 1 hora, 22,7% de 4 a 6 horas, 56,8% de 1 a 3 horas e o restante não soube responder;
  17. 42,9% não tiraram licença para cuidar da saúde e 56,4% já tiraram licença para cuidar da saúde;
  18. 66,99% estão estressados, 41,4% estão com insônia,
  19. 100% afirmam que já sentiram sintomas de mal-estar ou adoecimento enquanto docente;
  20. 8,7% usam medicação esporádica por automedicação, 15% não usa medicação, 21,9% esporádico com prescrição médica, 49,3% contínuo por prescrição e o restante não soube responder;
  21. 42,1% não fizeram uso de psicoterapia e 57,2% fez uso de psicoterapia;
  22. 26,5% dizem que talvez queiram mudar de profissão, 26,7% dizem que querem e 46,8% dizem que não querem;
  23. 34,5% dizem que não se sentem adoecidos e 60,6% sentem-se adoecidos;
  24. 11,6% possuem filiação partidária, 42,1% nenhuma participação partidária, 42,9% possui simpatia partidária sem filiação e o restante não soube responder;
  25. 61,4% não participa de nenhum movimento social;
  26. 69,4% não participa de nenhum movimento sindical, 20,5% são militantes de

base e o restante preferiu não responder;

27. 100% utilizam as redes sociais como ferramentas;

28. 34,5% afirmam que a escola que trabalham não adota plataforma digital para a realização do trabalho docente, 60,7% afirmam que a escola adota e o restante preferiu não responder.

Nota-se com os números apresentados que a jornada dupla das docentes no Brasil é um fenômeno complexo que reflete a interseção entre trabalho remunerado e não remunerado, destacado pelas desigualdades de gênero persistentes na sociedade. Dessa forma, para enfrentar esses desafios, é essencial o desenvolvimento de políticas públicas que apoiam a equidade de gênero, melhorem as condições de trabalho e ofereçam suporte adequado às docentes, tanto no ambiente escolar quanto no âmbito doméstico.

## Conclusão

A análise da feminização no magistério no Brasil sob a perspectiva de gênero permite identificar e combater desigualdades estruturais que afetam as mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. A investigação dos impactos das políticas neoliberais é essencial para propor mudanças que valorizem o magistério e promovam melhores condições de trabalho e equidade de gênero. O número de mulheres no magistério é preponderante em todas as etapas do ensino, com uma presença marcante e praticamente exclusiva na educação infantil. Essa predominância reflete tanto aspectos históricos quanto sociais e culturais. No entanto, essa influência também está associada a questões de desvalorização salarial e condições de trabalho menos favoráveis. Destaca-se que profissões dominadas por mulheres tendem a ser menos remuneradas e a ter menor prestígio social.

Além disso, a interação entre a dupla jornada das docentes e as pressões do neoliberalismo revela uma realidade desafiadora para muitas mulheres na profissão. A sobrecarga de trabalho, a desvalorização e a insegurança proporcionadas por políticas neoliberais não só prejudicam a qualidade da educação, mas também intensificam as desigualdades de gênero e afetam profundamente o bem-estar das docentes.

Lidar com todos esses desafios acarreta um sofrimento excessivo, afetando

direta e profundamente às professoras. Nesse caso é fundamental que sejam adotadas medidas para promover um ambiente de trabalho saudável, políticas públicas que se preocupem com suporte emocional dessas profissionais, respeitando suas peculiaridades e necessidades. Além de um reajuste salarial que expresse a importância do seu papel na sociedade, pois a profissão docente é fundamental para a formação educacional e social das nossas futuras gerações.

Portanto, é imperativo que se promova uma reflexão profunda e crítica sobre essas dinâmicas e se busque uma reavaliação das políticas educacionais que reconheça e valorize adequadamente o trabalho das professoras. Somente através de um compromisso com a equidade de gênero e uma abordagem mais holística da educação é que se poderá garantir um ambiente de ensino que respeite e apoie adequadamente as professoras, assegurando uma educação de qualidade para todos. Porque a luta por uma educação de qualidade está diretamente ligada à valorização da profissão docente.

Segundo a perspectiva Marxista, a escola, como instituição, está inserida no contexto de uma sociedade de classes, na qual o sistema educacional serve à perpetuação da ideologia dominante e à formação da força de trabalho necessária ao capitalismo. Para as professoras, que são as principais agentes do processo na educação básica, a implantação da Pedagogia do Mercado implica uma desastrosa relação de resistência ou alienação. Digo resistência partindo do aspecto de que nem todas as professoras atendem aos apelos da pedagogia do mercado, que conta com uma "escola empresa" e tentam continuar ministrando suas aulas mesmo diante da perseguição da coordenação, da direção e até mesmo de seus pares. Falo de alienação pelo fato de algumas professoras passivamente aceitarem a pedagogia imposta pelo mercado, por se apresentarem alheias aos acontecimentos. De toda forma, independente do grupo em que a docente se encontre, ela vive em uma situação de mal-estar.

Certo é que processo de feminização do magistério no Brasil foi conduzido pela pressão capitalista, que por sua vez é marcada tanto pela desvalorização salarial quanto pela perda de prestígio dessa ocupação, refletindo e perpetuando o preconceito de gênero. Segundo a análise da escritora Kamylla Borges (Borges, 2020, p.56) o capital em seu arcabouço se beneficia principalmente da exploração das mulheres, tanto no mercado de trabalho quanto nas esferas doméstica e de

cuidado. Essa realidade se perpetua gerando desigualdade de gênero e mantendo as mulheres em posições subalternas, restringindo suas chances de progressos e seu empoderamento.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** In: *Posições*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORGES, Kamylla Pereira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente.** Curitiba: Ed. Appris, 2020. p. 25-62.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2022: Perfil dos Professores da Educação Básica.** Brasília: INEP, 2022.
- COSTA, Daniel et al. **The future of remote work: An analysis of 2,000 tasks, 800 jobs, and 9 countries.** Human Resource Management, [S. I.], v. 61, n. 2, p. 203-223, 2022. DOI: 10.1111/1748-8583.12265. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1748-8583.12265>. Acesso em: 21 maio. 2025.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Edição crítica do Instituto Gramsci.** 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- HIRATA, Helena. A precarização e a divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 15-33, jan./jun. 2014.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** L III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** L I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Teorias da Mais-Valia (História Crítica das Teorias da Mais-Valia).** Livro IV O Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MASLACH, C.; JACKSON, S. E. **The measurement of experienced burnout.** *Journal of Occupational Behavior*, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981. DOI: 10.1002/job.4030020205.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/job.4030020205>.  
Acesso em: 21 de maio de 2025

**MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

**MIRANDA, K. Rotas críticas: professoras da periferia carioca e a economia política do cuidado.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

**OLIVEIRA, D. A. A educação e seus paradoxos:** expansão escolar e precarização docente no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2010.

**PUCCI, Bruno. Teoria Crítica e Educação: A contribuição de Theodor W. Adorno.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

**SAVIANI, Demeval. Trabalho e educação:** fundamentos ontológicos e históricos. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-4782007000100012&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782007000100012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 abr. 2025.

**VOGEL, L. Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory.** Chicago: Haymarket Books, 2013.

**ZAFALÃO, João. Do que adoecem os professores e as professoras?** São Paulo: Usina Editorial, 2021.